

A montanha russa do euroceticismo

Os partidos eurocéticos voltam a estar na moda. Mais do que uma ideologia, une-os certos métodos: simplificação da proposta política a um ou dois temas e retórica populista. Ambas as características explicam o seu repentino êxito, mas também as suas bruscas quedas.

Segundo algumas sondagens recentes, o euroceticismo é um fenómeno em alta em muitos países do Velho Continente. Aos tradicionalmente relutantes perante a União Europeia, estão a juntar-se outros que anteriormente tinham mostrado uma adesão entusiasta. A crise económica tem muito a ver com esta mudança: em todos os países que a estão a sofrer mais duramente, o euroceticismo suscitou grande adesão, pelo menos na opinião pública.

Outra coisa é o salto para o debate político, que não tem sido igual em todos os países. Enquanto que, na Grécia, o tema de “Europa sim / Europa não” foi levantado abertamente (mesmo que seja uma derivação do debate “euro sim / euro não”), e provocou um terramoto político, em Espanha, a discussão foi mais abstrata (austeridade / estímulos económicos) e menos crítica para com a União Europeia enquanto instituição. Quanto à identidade dos partidos, o tema europeu não produziu nenhum movimento significativo no panorama político espanhol.

A onda de euroceticismo cristalizou-se em novos partidos (ou partidos renascidos) noutros países: Grã-Bretanha (UKIP), Alemanha (AfD), Holanda (PVV), Finlândia (Verdadeiros Finlandeses). A existência de partidos eurocéticos é mais antiga em França (Frente Nacional) e Áustria (FPÖ); também nalguns países nórdicos como Dinamarca (Aliança Vermelho-Verde) ou Suécia (Partido da Esquerda), embora estes partidos não tenham obtido muitos votos nas últimas eleições.

Partidos temáticos

Um dos traços distintivos desta nova onda de euroceticismo é o seu marcado carácter económico. Mas, nem tudo é economia: para lá das críticas ao euro ou à falta de unidade nas políticas económicas da União, surgiram partidos (ou consolidaram-se alguns já existentes) com ideologias “radicais”, um adjetivo que os meios de comunicação dão às formações políticas situadas

fora do espectro abarcado pelos partidos de centro-direita e centro-esquerda. Vários fizeram da crítica à “frouxa” política migratória da União a sua ponta de lança. Outros, todavia, aproximar-se-iam mais da “esquerda radical”, como a coligação grega Syriza, surgida aquando da oposição popular às condições do resgate grego. Há ainda os ligados a uma espécie de “liberalismo radical” – a recém-nascida Alternativa para a Alemanha –, difíceis de classificar ideologicamente.

Em geral, estes partidos centram a crítica à União num determinado ponto, consoante a sua ideologia. Isto dá-lhes uma grande força e apoio popular enquanto se discute esse ponto, mas, ao mesmo tempo, é o seu calcanhar de Aquiles: a ascensão meteórica passa a uma queda rápida quando o tema passa a segundo plano.

Há o euroceticismo tipicamente britânico, com fisionomia peculiar, misturando receios económicos e certa desconfiança cultural para com o conceito de Europa.

Os “partidos temáticos” têm tido resultados desiguais na Europa. Alguns são a segunda ou terceira força política do país, outros pouco a pouco foram perdendo popularidade. Diga-se que todos foram assimilados de uma ou outra forma pela democracia. Alguns movimentos que de início foram rotulados de autoritários e incompatíveis com um Estado democrático, com o tempo integraram-se no jogo de partidos de modo menos traumático do que se esperava. O melhor exemplo disto é a Frente Nacional francesa. Também a Liga Norte italiana foi digerida pela democracia, embora a sua força popular tenha diminuído bastante nos últimos anos.

Eurofobia, eurocrítica e euroceticismo

Todas estas variantes de euroceticismo foram analisadas por Cesáreo Rodríguez-Aguilera, catedrático de Ciências Políticas da Universidade de Barcelona, no seu livro “Euroescepticismo, euro-fobia y eurocriticismo. Los partidos radicales de la derecha y la izquierda ante la Unión europea”, publicado em 2012. Nele se faz uma panorâmica geral destes movimentos e se estuda o programa que apresentaram nas últimas eleições ao Parlamento Europeu.

Em grandes traços, Rodríguez-Aguilera atribui o adjetivo “eurocéticos” aos que têm posições tradicionalmente receosas da União Europeia enquanto conceito político, sobretudo a de alguns partidos britânicos. “Eurofóbicos” são os que fazem

uma crítica mais profunda e visceral da União, centrada sobretudo em que favorece a destruição das identidades nacionais e a imigração descontrolada. Para o autor, estas mensagens são próprias de partidos de extrema direita. Por último, os partidos radicais de esquerda seriam “eurocríticos”, pois criticam, não o conceito de União Europeia, mas a sua identificação com políticas neoconservadoras e capitalistas.

Certamente, conforme reconhece Rodríguez-Aguilera, há pontos comuns entre todas as variantes, como a crítica à excessiva burocratização da União Europeia, e à perda de poder por parte dos governos nacionais.

Num comentário ao livro, José Ignacio Torreblanca, professor de Ciência Política na UNED, explica que o euroceticismo – nas suas múltiplas variantes – nasceu devido ao fracasso da União Europeia em três âmbitos: quanto à sua eficácia, porque não conseguiu diminuir a diferença entre os países do norte e os do sul; quanto à sua autoridade como entidade democrática, porque as eleições europeias têm tido participações muito baixas do eleitorado; quanto à sua identidade, porque a ideia da identidade europeia não convenceu, nem os que se consideram “cidadãos do mundo”, nem os que consideram ameaçadas as suas respetivas identidades nacionais.

F.R.-B.

Quem é quem (e como o tem sido) no euroceticismo

Analizamos agora a trajetória de alguns partidos eurocéticos. Consideram-se as últimas eleições de caráter nacional, embora em certos casos se mencionem os resultados de outras eleições locais.

Seleccionámos os partidos que têm importância por terem nascido no “coração da Europa”, do ponto de vista cultural ou económico (Alemanha, Grécia, França, Áustria). Também, partidos que nasceram noutros países “periféricos”, mas com uma elevada representação parlamentar. Por último, refere-se ainda a situação do euroceticismo britânico, devido ao seu tradicional receio da UE.

O panorama é apresentado por países. A classificação ideológica não parece muito aconselhável: embora a maior parte destas formações milite na coligação EFD (Europe of Freedom and Democracy) em teoria, de direita, e que só ocupa 32 dos 754 assentos do Parlamento Europeu, a verdade é que o traço que melhor os caracteriza é o seu populismo, mais do que uma determinada visão global da política.

França

A Frente Nacional, fundada por Jean-Marie Le Pen, é um dos partidos que melhor representa o crescimento do euroceticismo associado à direita radical, embora os seus líderes (primeiro, o fundador e, depois, a sua filha) sempre tenham rejeitado essa denominação ideológica. Ambos fizeram da crítica ao “descontrolo migratório” o seu principal cavalo de batalha contra a União Europeia, para cuja constituição pediram o “não” no referendo de 2005.

O sistema eleitoral francês, maioritário e a duas voltas, tanto nas presidenciais como nas legislativas, prejudicou tradicionalmente a FN. Os seus resultados nas primeiras voltas, mais representativos do apoio popular, costumam ser muito melhores do que nas segundas. Por exemplo, na primeira volta das últimas eleições legislativas (junho de 2012), alcançou três milhões e meio de votos, aproximadamente metade da UMP de Sarkozy, e um pouco menos de metade que o Partido Socialista de Hollande. No entanto, na composição final da câmara de deputados, estes conseguiram 185 e 258 lugares, respetivamente, enquanto que a FN somente obteve dois.

Para lá dos resultados eleitorais, a FN vive atualmente um segundo momento de pico desde que se constituiu em 1972. O primeiro foi em 2002, quando Le Pen, pai, obteve 17% dos votos na primeira volta das presidenciais, deixando de fora da segunda volta o socialista Jospin. Recentemente, nas presidenciais de 2012, a sua filha teve 18% dos votos, mas não passou à segunda volta.

Alemanha

A Alemanha tem sido um país tradicionalmente favorável à União Europeia. Todavia, segundo alguns inquéritos, a desconfiança para com a Europa está a crescer na opinião pública, embora ainda não tenha afetado de modo significativo a ação política, visto que os seus dois grandes partidos mantêm o seu compromisso com a UE e o euro.

O panorama pode mudar com a entrada do AfD – Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha), um partido que se constituiu em abril passado e que propõe, abertamente, a dissolução da zona euro, porque considera que a moeda única é um erro. Os seus líderes são um conhecido jornalista e um reputado professor de economia, e ideologicamente definem-se como “liberais”. As suas fileiras têm integrado antigos membros dos dois grandes partidos, sobretudo da CDU de Merkel. Ter-se-á de esperar pelos resultados obtidos nas próximas eleições gerais deste ano.

Grã-Bretanha

O United Kingdom Independence Party (UKIP) intrometeu-se como uma cunha no enraizado bipartidarismo da política britânica, ao ponto de ameaçar a posição de terceira força dos liberais-democratas. Nas últimas eleições municipais, este partido, abertamente anti-União Europeia, conseguiu 17% dos votos. É, além disso, o partido maioritário dentro do grupo EFD no Parlamento Europeu. Resta ver qual o peso que alcançaria em eleições legislativas (atualmente não tem representação parlamentar), onde os partidos “de ocasião” costumam obter os seus piores resultados.

Não obstante, as aspirações do UKIP encontraram um grande aliado na “rebelião eurofóbica” dentro do partido conservador de Cameron. Como outros movimentos políticos emergentes, o UKIP vangloria-se de proclamar claramente o que se diz às escondidas nas reuniões dos partidos maioritários. O anúncio de Cameron de convocar um referendo sobre o tema europeu em 2017, constituiu um prêmio às solicitações do UKIP.

Áustria

Juntamente com a FN francesa, um dos casos mais enraizados de euroceticismo é o do Partido da Liberdade (FPÖ) austríaco. Desde que Jörg Haider, conhecido pelas suas posições radicais filo-germânicas e restritivas da imigração, assumiu o controlo do partido, em 1986, a formação não deixou de crescer em percentagem de votos. Em 1999, conseguiu 26,9%, e entrou pela primeira vez no governo (os governos de coligação são o habitual na Áustria). Os desacordos dentro da coligação provocaram a queda do governo, e nas novas eleições, o FPÖ baixou até 10% de votos, de acordo com a “montanha russa” que costuma caracterizar a popularidade deste tipo de formações.

Outro destes traços é o carácter carismático do líder, evidente no FPÖ. Este carisma costuma fazer com que a sorte do partido dependa da popularidade do líder. Mas, a morte de Haider, em 2008, não evitou que o FPÖ tenha continuado a crescer. Nas eleições legislativas de 2008, as últimas deste tipo, teve 17% de votos; mas há que juntar-lhe 10,7% do BZÖ, uma formação fundada pelo próprio Haider depois de se separar do FPÖ. Nos últimos anos, o BZÖ parece ter-se afundado, segundo sondagem de finais de 2011. Contudo, os seus 4% e os 27% que conseguiria o FPÖ, converter-los-iam na primeira força do país.

Holanda

A Holanda converteu-se noutra foca de euroceticismo, graças sobretudo ao PVV (Partido da Liberdade) de Geert Wilders. Os receios pela imigração, concretamente a islâmica, foram a base do euroceticismo na Holanda durante a última década.

Em 2002, a Lista Pim Fortuyn conseguiu 17% de votos nas eleições para o Parlamento, convertendo-se na segunda força política do país. A morte de Fortuyn (foi assassinado nove dias antes das eleições, por um holandês que disse defender os muçulmanos) acabou por desestabilizar um partido que se construiu por e para o seu líder carismático. De certo modo, Wilders assumiu o testemunho: embora o seu partido se defina como liberal, partilha com o de Fortuyn a crítica ao Islão e o euroceticismo.

O PVV conseguiu o seu melhor resultado em 2010, quando chegou aos 15% de votos e entrou na coligação governamental, tal como, na sua altura, fizera a Lista Pim Fortuyn. Embora nas eleições de 2012 tenha baixado até 10%, estabilizou-se como terceira força do país.

Grécia

Na Grécia, a coligação Syriza, autodefinida como de esquerda radical, nasceu em 2004 mas saltou para a fama em 2012, graças à sua frontal oposição ao pacote de resgate que a União Europeia pretendia impor no país. Nas eleições de maio conseguiu 16,8% de votos e, nas de um mês depois, alcançou 26,9%. De facto, o seu líder chegou a receber o encargo de formar governo, algo que não conseguiu devido à oposição dos dois partidos maioritários até então. Atualmente, é o principal partido da oposição.

Finlândia

Na Finlândia, os Verdadeiros Finlandeses, uma formação política de marcado carácter nacionalista, fundada para defender os direitos do mundo rural finlandês, passou de 1,6% de votos em 2003, para 19% em 2011. Descrevem a União Europeia como um “projeto capitalista”, e na sua ideologia misturam-se as reservas para com a imigração, a reivindicação de estritas políticas protetoras do ambiente, ou, a promoção da agricultura e da cultura finlandesa.

F.R.-B.

Resultados eleitorais dos partidos eurocéticos

	Partido	Últimos resultados (% de votos)	Melhores resultados (% de votos)
França	FN	13,5% (legislativas, 1ª volta, junho 2012)	17,9% (presidenciais, 1ª volta, abril 2012)
Grã-Bretanha	UKIP	23% (municipais, maio 2013)	23% (municipais, maio 2013)
Áustria	FPÖ + BZÖ	28,2% (legislativas, set. 2008)	28,2% (legislativas, set. 2008)
Holanda	PVV	10,1% (legislativas, set. 2012)	15,4% (legislativas, junho 2010)
Grécia	SYRIZA	26,9% (legislativas, junho 2012)	26,9% (legislativas, junho 2012)
Finlândia	True Finns	19,1% (legislativas, abril 2011)	19,1% (legislativas, abril 2011)